

replicar neste Comitê e nos demais, com ações de conscientização acerca da temática. Sec. Cultura: chama atenção para o fato de que essas ações demandam verbas, sugere que se fique atento a oportunidade das emendas parlamentares impositivas como fonte de verba para ações de engajamento da causa. Sec. Saúde: estamos montando um protocolo de acolhimento aos refugiados, atenção a doenças, a mulheres, tudo pautado nas diversas culturas dos povos migrantes. Coloco à disposição as webconferências que ocorrem todas as terças-feiras e que ficam gravadas. Ressalta a necessidade de uma ação preventiva permanente. SJC: informe de que o NETP/SP acompanha 3 emendas impositivas na área de migração e uma delas pretende produzir um vídeo. ACNUR: Coloca-se à disposição para ajudar no que for necessário em relação a redação de textos e no que diz respeito a capacitação sobre o tema de refúgio. Compartilha a dificuldade de atendimento aos refugiados afetados que estão chegando, por conta do idioma falado por aqueles. E mesmo em relação a recursos, em alguma medida podemos contribuir. CIC do Imigrante: Compartilha que passam pela mesma dificuldade de idioma com os imigrantes afetados. CAMI: informa que tem contato com pessoas que falam persa e iraniano e que podem ajudar, por que já aprenderam bem o português, apenas realizar o contato com o CAMI com antecedência. Ponto de pauta: Consulta ao Colegiado sobre um convite a OIM-Brasil para participar das reuniões do CER, aprovado. Ponto de pauta: Consulta ao Colegiado sobre um convite para a Catedra Sérgio Vieira de Melo da UNICAMP para participar das reuniões do CER, aprovado. ACNUR: A Catedra Sérgio Vieira de Melo é uma iniciativa apoiada pelo ACNUR, que promove pesquisas e estudos e ingresso facilitado para pessoas em condição de refúgio e migração. SJC: questionado o Colegiado sobre a presença da Defensoria Pública Estadual e da União neste Comitê. CAMI: entendendo ser extremamente importante. Demais representantes também concordaram com o convite a estas Instituições. Ponto de pauta: Plano Estadual – SJC: foi formado um GT para a discussão do plano, agora é necessário pensar num calendário de reuniões, agendada para 10 de março, 10h. Composição do GT: NETP, CAMI, Cáritas, ACNUR, Secr. Saúde e Secr. Orçamento e Gestão. ACNUR: informe sobre a 1ª Reunião Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Migrantes

ATA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL PARA REFUGIADOS (CER), DO COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CEETP) E DA COMISSÃO ESTADUAL PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO DE SÃO PAULO (COETRAE/SP)

A reunião foi realizada em 28/04/2022 conduzida pelo responsável pelo NETP/SP. Compareceram os membros representantes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social, Justiça e Cidadania, Agricultura e Abastecimento, Casa Civil, Segurança Pública, Educação, Esportes, Projetos, Orçamento e Gestão, Saúde, Habitação, Desenvolvimento Econômico, Cultura e Economia Criativa; da sociedade civil: ASBRAD, SOS Dignidade, ITTC, CAMI, Repórter Brasil, Missão Paz, Aliança Empreendedora, SINAIT, ACNUR, OIM e COMTRAE/SP, ITEP, Posto Avançado de Atendimento Humanizado do Aeroporto Internacional de Guarulhos, Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, MPT-15 e TJ/SP. SJC: Propósito da reunião: apresentação do edital de chamamento público para República para migrantes, estrangeiros, refugiados e vítimas do tráfico de pessoas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. SDS: o serviço não irá acabar, apenas mudará a sua modalidade. Durante a execução do Terra Nova percebemos que algumas coisas funcionariam melhor se tivéssemos uma estrutura de “república”, por exemplo quando uma família abrigada queria fazer o “ramadan” e precisaria de um café da manhã mais reforçado em um horário que a cozinha do equipamento ainda não estava disponível. No modelo Casa de Passagem a cozinha é compartilhada. O Edital lançado prevê a existência de 80 vagas, em 8 casas, sendo 10 pessoas por casa, em cada casa, ou famílias, ou solteiros (estes separados por gênero). Haverá uma equipe técnica composta por coordenador, assistente social, psicólogo e educador social bilingue. A proposta é melhorar o serviço trazendo autonomia e independência às pessoas que poderão manter seus hábitos culturais. SDS: A equipe técnica com os moradores fará um POC-Plano de Organização do Cotidiano. Os moradores serão responsáveis pela limpeza da casa e pelo preparo de alimentos, receberão uma “bolsa alimentação” para compra de alimentos (2 cartões, um para compra de perecíveis e outro para não perecíveis). Tudo se pensando na saída desses moradores, no Terra Nova os moradores têm a comida preparada e não realizam limpeza do espaço, são muito tutelados. A manutenção e limpeza externa do equipamento como um todo será responsabilidade da organização, nas “repúblicas”. Neste momento o Edital fechou e estamos em processo de seleção dos inscritos. Em junho ocorrerá uma transição e as 2 organizações estarão juntas no Terra Nova enquanto as “repúblicas” estarão sendo finalizadas. Em junho os moradores já serão alocados nas “repúblicas”. ASBRAD: expôs a preocupação com a extinção do modelo Casa de Passagem específico para migrantes e refugiados, ressaltando a especificidade deste público que não fala português e não conhece nada do país. Ressaltou também a existência de conflitos entre pessoas de nacionalidades diversas e até mesmo da mesma nacionalidade. Entende que seria muito bom se o modelo proposto de albergue fosse um complemento à Casa de Passagem já existente. Ressaltou que a demanda por abrigo nesse momento é gigantesca e não para de aumentar, principalmente de afetados. SDS: afirma que o Terra Nova também enfrenta problemas de convivência entre os moradores. Reafirma que o novo modelo também terá equipe técnica. Afirma que a entidade que possivelmente conseguirá esse convênio conseguiu um lugar onde existem as 8 casas juntas no mesmo local. Foram previstas fases: 1ª Implantação/Transição – elaboração de um projeto político pedagógico dos acolhidos, com as 2 organizações, a que está saindo e a que ganhou o novo edital, prevista para durar um mês, mas poderá ser estendido conforme a necessidade; 2ª Acolhimento. Leitura da grade de atividades que consta no Edital (página 13). Os educadores acompanharão os acolhidos em suas saídas para reconhecimento do local, idas a mercado e outras necessidades, até que estes possam assumir por conta própria todas as atividades. O atendimento técnico será o mesmo que hoje ocorre na Casa de Passagem. ASBRAD: solicita a confirmação de que a previsão de que as 8 casas ficarão no mesmo local não está no edital. SDS: o edital não prevê que as 8 casas devam ficar no mesmo local. Apenas uma entidade que está concorrendo apresentou esta possibilidade. Repórter Brasil: questiona sobre a mediação/gerenciamento de conflitos entre os abrigados. SDS: os conflitos também existiam no Terra Nova e tudo funcionará da mesma forma, com psicólogos e educadores, a diferença é que terão um menor número de pessoas. Repórter Brasil: expôs a preocupação com a perda do conhecimento/habilidades acumulados pela equipe que já realiza esse trabalho específico no Terra Nova e em outros serviços que trabalham com abrigo e encaminhamento a abrigos, questiona se essas pessoas foram consultadas. SDS: a mudança de metodologia foi uma solicitação da antiga Secretária de Assistência em função de problemas existentes no Terra Nova e em função de ampliar o número de vagas para acolhimento. As formas de solução de conflitos constam como metodologia de trabalho, a expertise na temática será levada em consideração na escolha da nova OSC. Nada impede que a nova entidade venha a contratar funcionários que tenham trabalhado no Terra Nova. Acreditado que o momento de transição, com as duas equipes de trabalho no Terra Nova, será a oportunidade de garantir que as perdas na qualidade do trabalho sejam as menores possíveis. Há a proposta de durante a transição levar os residentes para conhecerem o novo espaço, algum impacto ocorrerá, pois haverá mudança de bairro e, portanto, dos equipamentos municipais e governamentais utilizados pelos residentes. MISSÃO PAZ: expressou preocupação acerca da adoção do novo modelo tendo em vista a experiência da Missão Paz, por exemplo, muitas vezes o que é pensado como autonomia e proatividade esbarra em questões emocionais comuns aos residentes que em geral encontram-se bem abalados emocionalmente. Chama a atenção a questão da saída das pessoas do local de acolhimento, houve uma instituição no processo de interiorização dos Venezuelanos que montou casas e no momento da saída dessas pessoas enfrentou vários problemas, porque a dinâmica das casas gera uma apropriação e os indivíduos sentiam que aquela era a casa deles. Sugere que

se converse com instituições que tiveram essa experiência com casas, a paróquia da achiropta teve a experiência da casa que foi feita para receber migrantes que já tinham permanecido mais de três meses na missão paz e seguiriam para esta “república” da achiropta, mas essa experiência não deu certo, e eles tinham a mesma equipe técnica os supervisionando. Colocaram-se à disposição para conversar e expressaram o pesar pelo término da Casa de Passagem. CAMI: expressou dificuldade para o encontro de 8 casas próximas que abriguem dignamente 10 pessoas cada. Também assinalou preocupação com a privatização do serviço; com o insuficiente número de profissionais na equipe técnica e com o risco de uma formação de “guetos” (gerar isolamento nas pessoas) ao se alocar migrantes das mesmas nacionalidades em uma única casa. Ainda, o que acontecerá se em 6 meses ninguém quiser ficar nas casas? SDS: Não haverá privatização, terceirização nem fim de política pública, as casas serão geridas por uma OSC (vencedora de um chamamento público e por meio de Termo de Convênio), exatamente como acontece no Terra Nova. A equipe técnica e os educadores sociais vão acompanhar os residentes durante o dia e a noite sempre que houver necessidade. POSTO AVANÇADO: reiterou como sua preocupação as já apresentadas pelos demais. Questionou se não haveria possibilidade de uma das casas ser estabelecida em Guarulhos, tendo em vista a condição da cidade abrigar o Aeroporto Internacional e estar enfrentando grande dificuldade para abrigar famílias afetadas, visto que não existem equipamentos preparados para receber famílias inteiras de refugiados. Representante 03 da SDS: o edital não especifica cidades, fala do Estado de SP, coube as OSC’s interessadas no chamamento definirem os locais e justificarem suas escolhas pelos locais. Secr SAÚDE: expressou preocupação com a gestão e resolução de conflitos entre os residentes da casa e colocou a Sec de Saúde à disposição. SDS: o serviço técnico cuidará da gestão dos conflitos e garantirá o suporte necessário aos residentes.

ATA DA 1ª REUNIÃO COM REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS QUE SEDIAM COMITÊS REGIONAIS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

A reunião foi realizada em 17/08/2021 conduzida pelo responsável pelo NETP/SP. Compareceram os membros representantes das Prefeituras Municipais de Ribeirão Preto, Guarulhos, São Sebastião, Santos, São José dos Campos, Registro e Marília. SJC – apresentou-se enquanto responsável pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São Paulo (NETP/SP). O evento de 30/07/2021, no Palácio dos Bandeirantes, anunciou a retomada dos Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Explicou que o Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, foi instituído por Decreto e é coordenado pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, por meio do NETP/SP, do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e agora dos Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que foram reativados. Até 2016, último ano em que os Comitês Regionais funcionaram, o vínculo dos Comitês Regionais com as Prefeituras era fraco, agora a ideia é vincular as Prefeituras de forma mais direta ao Comitê para que o trabalho local seja realmente forte e duradouro. O NETP/SP invariavelmente atende casos que ocorrem no interior de SP e quanto mais engajados estiverem os poderes e a sociedade civil local de maior qualidade serão os atendimentos e encaminhamentos dos casos. Na reativação dos Comitês as Prefeituras foram convidadas a assinar um Protocolo de Intenção com o objetivo de firmar um Convênio (sem repasse de recursos públicos). Os membros dos Comitês não serão remunerados, não se trata do exercício de um cargo, mas de um serviço público relevante. É tarefa da Secretaria de Justiça coordenar os Comitês Regionais, visto que se trata de uma política estadual, sendo que o NETP/SP exercerá a Secretaria Executiva, principalmente nesse momento de início das atividades do Comitê, apoiando o fortalecimento de políticas públicas e a integração e articulação entre as Instituições participantes dos Comitês. Cada Comitê Regional tem total autonomia em suas decisões e definirá seu coordenador local, o qual será escolhido entre os membros do Comitê (eventualmente o escolhido poderá ser um representante da Prefeitura). O papel das Prefeituras será de articulação das instituições locais para o pleno funcionamento dos Comitês e suas ações. A Prefeitura não coordenará os Comitês, mas o apoiará. Para o início das atividades, ocorrerão reuniões virtuais (tendo em vista a pandemia) e as Prefeituras indicarão um representante para participar dessas reuniões, conforme a característica do Município será indicada uma Secretaria Municipal que estará mais envolvida com a temática dos Comitês. Esse indicado, integrado ao Colegiado construirá o Plano de Trabalho (atribuições dos membros e das secretarias municipais) que subsidiará o Convênio a ser celebrado entre as Prefeituras e a SJC. Posteriormente, as reuniões serão presenciais e as Prefeituras poderão apoiar os Comitês com o local para as reuniões. Solicitou-se que as Prefeituras confirmem se as indicações dos membros dos Comitês que foi publicada nas Resoluções está correta, ou se são necessárias atualizações, neste caso enviar para netpsp@justica.sp.gov.br. Mencionada a situação de indicação para o CR de SJCampos de uma pessoa que atualmente trabalha em Jacareí, SJC deverá enviar esse nome para o representante de SJCampos entrar em contato. Caberá aos Comitês Regionais elaborar seus próprios Regimentos Internos, os quais serão elaborados com fundamento em suas peculiaridades locais, sempre com intuito de fortalecer as ações de prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas, por meio de campanhas, capacitação de agentes públicos, divulgação em escolas das formas como este crime é praticado (em especial sobre o uso da internet), com o objetivo de diminuir o número de vítimas. É esperado que após a efetivação de campanhas informativas o número de denúncias aumente, pois algo que era invisível para a população em geral, passa a ser entendido como crime. Além disso, a população também será informada sobre as formas de apoio às vítimas. O tráfico de pessoas tem como principais fins: exploração laboral – trabalho escravo contemporâneo (casos de trabalho escravo doméstico foram revelados nos últimos tempos); exploração sexual; adoção ilegal. No Município de SP são recorrentes os casos de trabalho escravo em oficinas de costura. As Prefeituras deverão focar esforços nas peculiaridades de suas regiões, pois são sabedores do tipo de exploração que pode acontecer. A SJC exercerá papel de coordenação e estará sempre disponível para orientações, sempre respeitando a autonomia dos CR. As Prefeituras deverão decidir qual será o CANAL DE DENÚNCIA no Município, isto é crucial. O NETP usa o telefone da SJC que tem DDD-11, e também o Disque 100, que acaba não sendo útil, visto que a ligação vai para Brasília e só após é repassada ao NETP. As denúncias de tráfico exigem uma ação rápida, por isso, será necessário que se decida qual o melhor canal de denúncia para cada CR, poderá ser o telefone da Prefeitura ou talvez de uma Secretária, para que o denunciante não se perca, não faça a mesma denúncia em vários órgãos, enfim para garantir um fluxo coerente e eficaz de atendimento. Representante Guarulhos – questiona se o CR também trabalhará com a questão do trabalho escravo, lembrando que SP tem um Comitê para cada assunto. SJC – os CR atenderão também esses casos, há previsão no Protocolo de Intenção e na prática, a rede de atendimento é a mesma, e as necessidades de apoio das vítimas são as mesmas (moradia ou recâmbio ao local de origem, trabalho, saúde, educação, apoio psicológico). Representante Marília – questiona se será enviada minuta de Plano de trabalho e de Convênio elaboradas pela SJC, ainda na Resolução não há PRF nem a DPU, quer saber se serão incluídas. SJC – O Plano de Trabalho será uma construção do Colegiado do CR. A minuta de Convênio será feita pela Secretaria e submetida às Prefeituras. As Instituições nomeadas na Resolução são as previstas no Decreto que enviaram nomeações quando solicitadas. Outras Instituições poderão ser agregadas, desde que haja a concordância dos membros dos CR.

ATA – 1ª REUNIÃO COMITÊ REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

A reunião foi realizada em 13/09/2021 conduzida pelo responsável pelo NETP/SP. Compareceram os membros representantes Do TRF-03, MPT-15, SRT/SP e das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social e Saúde. A reunião teve início com a apresentação dos participantes. SJC – agradece a presença do Auditor Fiscal e informa que foi solicitada a indicação de representantes dos Auditores Fiscais do Trabalho para os 14 Comitês Regionais, mas até o momento as indicações não foram realizadas. Em seguida foi contextualizada

a retomada do Comitê Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São José dos Campos que funcionou até o ano de 2016. O Estado de São Paulo conta com um Programa e com um Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e estes preveem ações que devem ser executadas em todo o Estado para prevenção, erradicação e de assistência às vítimas. Existe um Fluxo Nacional de Atendimento à Vítima do Trabalho Escravo (publicado em 2020), ou seja, tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, que funciona muito bem nas demais situações de tráfico de pessoas. Este determina as atuações desde o momento da denúncia até o pós-resgate e atenção das vítimas, especificando quais Instituições devem ser acionadas. A nossa principal preocupação é com o pós-resgate, o que fazer com a pessoa depois que ela foi resgatada em uma operação. O CEETP e a COETRAE que são coordenados pela SJC articulam as ações de enfrentamento e de atendimento às denúncias e de todo o cuidado posterior às vítimas resgatadas, como acolher, reinserir de forma que a pessoa não venha a ser revitimizada. A reativação dos Comitês visa fortalecer a política estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas atendendo a demanda de todo o Estado, bem como divulgar a informação acerca da existência deste crime para que ocorram as denúncias, já que a população desconhece esse delito. Cada Comitê Regional trabalhará de forma articulada desenvolvendo ações locais, pois se compõem de Instituições com atribuições e competências previstas no Fluxo de Atendimento dos casos de tráfico de pessoas. Na SJC há o NETP programa estadual com o dever de articular as organizações para efetivar o enfrentamento ao tráfico de pessoas em sua totalidade. O fortalecimento das redes locais permitirá um bom atendimento às vítimas, nos casos de resgates ocorridos no interior do Estado. Há grande necessidade de aproximação com a Assistência Social em virtude do pós-resgate, se a rede de Instituições do interior estiver fortalecida o suporte imediato às vítimas será muito mais efetivo. Observa-se que muitas vezes os profissionais não estão preparados para atender às vítimas de tráfico de pessoas porque não foram preparadas para isso e este é um dos papéis dos Comitês Regionais, ser um articulador local. Havendo necessidade de acionar alguma Instituição serão priorizados os membros dos Comitês Regionais. O NETP/SP exerce o papel de uma coordenação geral, mas cada Comitê terá um “ponto focal”, isto é, uma pessoa que centralize a comunicação com o NETP/SP e que também atenda a demanda emergencial regionalmente. Uma das tarefas do Comitê Regional será a definição deste ponto focal. Hoje isso não será possível visto a ausência de vários membros. A ideia é que as reuniões deste CR sejam bimensais e por enquanto, em virtude da pandemia virtuais. Uma vez passada esta situação de pandemia, o Colegiado irá decidir qual o local de suas reuniões presenciais, local que também servirá para o atendimento de eventuais vítimas e recebimento de denúncias. Os membros do CR são os membros do CEETP, mas o Colegiado pode indicar outras Instituições, tanto públicas quanto da sociedade civil, da região de São José dos Campos para integrar o CR. Serão promovidas capacitações para os membros dos CR sobre a temática do tráfico de pessoas. MPT – membro do MPT instalou em SJC uma “promo” com foco em atuação preventiva; em busca ativa de casos de trabalhadores em situação análoga à de escravo, que também incluirá uma capacitação para os CREAS e CRAS. Ainda ressaltou a importância da participação da PF e da PC neste Comitê. SJC – foram indicados representantes da PF e da PC para este Comitê, no entanto não houve contato por parte deles até o momento. TRF-03 – indica a representação do MPF, comissão de DH da OAB e do Município de SJCampos, comprometeu-se a verificar tanto no MPF quanto na OAB a indicação de pessoas específicas, também sugere a participação das Defensorias da União e do Estado. SJC – representante do Município de SJCampos, que representou a Prefeitura de SJCampos no evento de reativação dos Comitês Regionais em SP foi convidado para esta reunião. A presença de representantes do Município é importante para o Comitê. Foi solicitada indicação de representante do MPF, mas ninguém foi indicado. Foram solicitadas indicações para as Defensorias, foram abertos editais para que os Defensores se candidatassem a membros dos Comitês Regionais, até o momento não foram apresentadas indicações. Sec. Saúde – Solicita um esclarecimento sobre a área de abrangência deste Comitê Regional, tendo em vista que Justiça e Saúde possuem diferentes áreas de abrangência. Também indica para compor o Comitê o Articulador de Violência. SJC – A SJC solicitou indicações para os Comitês Regionais e as Instituições indicaram representantes. Também é tarefa deste Comitê indicar as pessoas que estão faltando aqui. MPT-15 – Sugere convite para a Guarda Municipal de SJCampos, cujos membros devem ter entendimento do que seja o trabalho análogo à escravidão. Sugere, também, que se pense, no futuro em uma capacitação para todos os integrantes das Guardas Municipais, inclusive com apoio da PF nesta capacitação. Sec. Saúde – Explica que há duas estruturas regionais pelo Estado na área da Saúde: há o Departamento Regional de Saúde (responsável por 39 Municípios e uma estrutura organizacional como da Secretaria de Estado da Saúde), composto pelas duas representantes deste Comitê Regional e o Grupo de Vigilância Epidemiológica (GVE), na área de abrangência do Departamento Regional de Saúde (dos 39 Municípios) há três GVE’s: Litoral Norte, Alto Vale do Paraíba e Vale do Paraíba e Região Serrana até Circuito da Fé e Vale Histórico. Nos GVE’s há um cargo de Articulador de Violência (pessoa que está em contato direto com os Municípios, que conhece as pessoas “chaves” para acionar a rede de violência), inserido no Núcleo Viva a Paz (trabalham a cultura de paz e o enfrentamento à violência), esta é a indicação para compor o Comitê Regional, o Articulador de Violência do GVE. A GVE está subordinada à Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD). MPT – informou que terá reunião com membro da DPU e falará sobre a necessidade de um representante da DPU neste Comitê Regional. SJC – Na próxima reunião escolheremos as demais Instituições que farão parte deste Comitê Regional bem como a pessoa que será o “ponto focal” do Comitê, isto é, uma ou duas pessoas que centralizem as informações. Próxima reunião será 18/10/2021.

ATA – 1ª REUNIÃO COMITÊ REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

A reunião foi realizada em 14/09/2021 conduzida pelo responsável pelo NETP/SP. Compareceram os membros representantes da Prefeitura do Município de Ribeirão Preto, da Secretaria Estadual de Educação, do MPT-15, da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil. A reunião teve início com a apresentação dos participantes. SJC – contextualizou a retomada do Comitê Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Ribeirão Preto que funcionou até o ano de 2016. A ideia é que as reuniões sejam bimensais. Realizada breve explanação sobre as modalidades/finalidades do crime de tráfico de pessoas. Os CRs trabalharão também com casos de trabalho escravo, ainda que não esteja configurada a hipótese de tráfico de pessoas. Na SJC/SP há o Comitê Estadual para Refugiados (no momento em reestruturação), o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo todas essas temáticas serão tratadas nos Comitês Regionais, de acordo com as peculiaridades de cada região. A coordenação dos CR’s é da SJC, mas é estratégico que cada um tenha um “ponto focal”, para garantir o fluxo das comunicações entre o CR e a SJC. Como hoje compareceram poucas pessoas é melhor adiar tal escolha, mas adiante que o CR de Guarulhos defina como “ponto focal” os representantes da Assistência Social, o que é bem interessante, pois segundo o Fluxo Nacional estamos no pós-resgate e a necessidade de cuidados imediatos com as vítimas no pós-resgate e atenção para que a elas não recaiam no ciclo de violência. Neste Comitê será construído um fluxo de atendimento, com atenção ao previsto no Plano Nacional. Em relação ao trabalho escravo temos o Sistema Ipê (plataforma on-line para denúncias de trabalho escravo), também são canais de denúncia, o disque 100, ligue 180, MPT, SJC, auditores fiscais do trabalho. Em relação as denúncias de tráfico de pessoas, deverão ser encaminhadas ao NETP e aqui serão tratadas em conjunto ao CEETP. Nesse momento há uma tratativa com o disque 100 para a formalização de um acordo de cooperação para otimizar o recebimento de denúncias. Caberá ao CR também um trabalho de prevenção realizando campanhas, seminários, palestras, para informar a população sobre como identificar estes crimes e denunciar. Gostariamos que vocês indicassem outras Instituições não-governamentais, feitas

a temática, do Município para comporem o Comitê. As Defensorias Públicas Estadual e da União, e auditores fiscais do trabalho ainda não indicaram membros, se vocês conhecerem atores locais destas Instituições podem enviar os nomes por e-mail para o NETP. Prefeitura Ribeirão Preto: Sou professor da USP-Ribeirão e Faculdade de Direito e há uma professora que faz pesquisa com refugiados e vou fazer uma aproximação. Vou falar com a Secretária de Assistência Social. Além disso nossa Secretária é de Justiça e Segurança Pública, então a Guarda Municipal também é de nossa gestão. MPT-15 – interessante chamar também guarda municipal, samu, bombeiros, polícia militar. Próxima reunião 09/11/21, 15h.

ATA – 1ª REUNIÃO COMITÊ REGIONAL DE GUARULHOS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

A reunião foi realizada em 14/09/2021 conduzida pelo responsável pelo NETP/SP. Compareceram os membros representantes das Secretarias Estaduais de Educação, da Saúde e Desenvolvimento Social, da Polícia Militar, do MPT-02, da Polícia Federal, da Prefeitura Municipal de Guarulhos, do TRF-03. A reunião teve início com a apresentação da SJC, seguida de breve relato da reativação de 14 Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas realizada em 30 de julho de 2021. A SJC é responsável por executar o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e para isso conta com o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP/SP), com o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEETP) e com os Comitês Regionais que irão articular localmente as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho análogo ao de escravo e de exploração sexual. A SJC também tem a Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE) pauta que caminha junto com a do tráfico de pessoas. O Comitê Regional irá trabalhar também com esta temática. No Estado de SP há o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (fevereiro de 2021, e está sendo revisto para adequação ao Plano Nacional) e o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (fevereiro de 2016) também será atualizado pelo CEETP. Solicitadas sugestões de outras Instituições locais de atuação na temática que possam compor o Comitê. Realizada breve apresentação dos presentes na reunião. Representante da Prefeitura – Solicitou a listagem dos integrantes do Comitê Regional e os Planos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico e do Trabalho Escravo, que estão sendo revistos. SJC – informou sobre a retomada das atividades do Comitê Estadual de Refugiados (CER) pelo NETP. Sugere a ampliação deste Comitê a partir da indicação, pelo Colegiado, de outras Instituições que realizam trabalhos na temática do Comitê, por exemplo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Guarulhos. A SJC solicitou indicações de Auditores Fiscais do Trabalho para integrarem os Comitês Regionais, mas até o momento não foram efetivadas. Atualmente, segundo o Fluxo Nacional de Atendimento as denúncias devem ir para o Sistema da DETRAE (Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo) a qual analisa a denúncia e conforme o caso garante o atendimento até mesmo organizando eventuais resgates a vítimas com a colaboração de outras Instituições. As reuniões poderão ser bimensais, bem como extraordinárias se houver necessidade. O MPF apenas indicou representantes para dois Comitês Regionais, para o de Guarulhos não foi indicado. Também foram solicitadas indicações para as Defensorias (Estadual e da União) mas não foram nomeados representantes, as Defensorias fazem editais internos para que seus membros se voluntariem a participar dos Comitês. Caso alguém conheça e possa indicar um Defensor Público que tenha interesse poderemos convidá-lo a participar do Comitê. Este Colegiado também poderá indicar entidades da sociedade civil para serem convidadas a compor o Comitê. Indicada a ASBRAD, Núcleo Batuíra – Serviço de Promoção da Família e as Comissões Temáticas da OAB/Guarulhos. Explicada a necessidade do Comitê ter um ou dois pontos focais para facilitar a comunicação entre os membros do Comitê e o NETP/SP no caso de chegarem denúncias. Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social voluntariou-se para atuar como Ponto Focal deste Comitê Regional, com a concordância dos demais membros do Comitê. Outra tarefa do Comitê Regional é a construção de um fluxo local, respeitando o fluxo nacional, mas o adequando à regionalidade local. Canais de denúncia são: o próprio NETP/SP (telefone e e-mail), Sistema de Ouvidorias, Sistema Ipê (DETRAE), Disque 100 e 180. Informado sobre o andamento das tratativas de um termo de cooperação entre a SJC e o Disque 100 com o intuito de que as denúncias realizadas por meio do disque 100 cheguem imediatamente ao NETP/SP. Em relação as indicações de outros órgãos e entidades da sociedade civil para comporem o Comitê estas poderão ser passadas para o Ponto Focal do Comitê. SJC ressalta a importância de se fortalecer a relação do Comitê com o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Aeroporto Internacional de SP. Agendada próxima reunião para 09/11/2021 às 10h. Representante da Prefeitura de Guarulhos – informa que a Prefeitura de Guarulhos instituirá no próximo mês o Comitê Municipal de Políticas para Imigração, ressalta a importância da participação do NETP/SP nesta instituição. O começo será a formação de um GT composto pelas Secretarias Municipais para um processo formativo, contamos com a colaboração deste Colegiado e posteriormente ocorrerá a formação do Comitê.

ATA – 1ª REUNIÃO COMITÊ REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

A reunião foi realizada em 16/09/2021 conduzida pelo responsável pelo NETP/SP. Compareceram os membros representantes da Polícia Militar, Polícia Federal, Guarda Municipal e das Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social, Educação e Saúde. A reunião teve início com a SJC apresentando o NETP/SP e suas atribuições como responsável pelo Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e coordenação do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; da Comissão de Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo e do Comitê Estadual de Refugiados. Contextualização da retomada das atividades dos 14 Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Comitê Regional tratará das questões de tráfico de pessoas em seus diversos fins. O CR contará com um representante, o “ponto focal”, pessoa que dará uma resposta imediata diante de uma demanda emergencial, articulando localmente ou acionando a SJC. Segundo a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, a Assistência Social é fundamental no pós-resgate, alguns CR’s elegeram como ponto focal o representante da assistência social. Em seguida os participantes se apresentaram. Exemplificação de situação de trabalho análogo a escravo doméstico com caso concreto demonstrando a necessidade de envolvimento dos profissionais da assistência social. Informe da futura capacitação que será oferecida aos Conselhos Regionais pela SJC sobre a temática dos Comitês. A periodicidade das reuniões será bimensal e caso haja necessidade serão convocadas reuniões extraordinárias. Informe sobre a atual revisão do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de 2016. O Comitê Regional, em conjunto, construirá seu próprio fluxo de encaminhamento de casos. O grupo foi instado a indicar instituições da sociedade civil que desenvolvam trabalho ou pesquisa na área temática de atuação do Comitê. Sec. Saúde indicou o Grupo de Vigilância Epidemiológica (GVE) sediado em Caraguatubá, o qual conta com um profissional trabalhando com violência e cultura de paz. Educação/Prefeitura São Sebastião sugere envio de Ofício aos reitores das Universidades locais. SJC solicita que os participantes enviem sugestão de nomes de instituições por e-mail para o NETP/SP. Sec. Desenvolvimento Social informa que o município só há abrigo para criança e adolescente, que em situações de calamidade, por exemplo desabamento, a secretaria municipal paga diária em hotel, mas é bem provisório. Ainda perguntou se a Defensoria Pública integra o Comitê, respondeu que ainda não houve indicação, ficou de contatar Defensor Público que já tem uma ação ativa com o desenvolvimento social do município, orientada a enviar nome e contato da pessoa por e-mail ao NETP/SP. Drs/Dras/Prefeitura SSebastião questiona se os municípios de Ilhabela e Ubatuba terão representatividade no Comitê. SJC: a princípio as indicações são de São Sebastião, mas nada impede que no futuro venham a integrar, somando ao enfrentamento destes crimes na região. Sec. Educação questiona a membro do Comitê que já atuou na antiga formação do Comitê como se dava a participação da Secretária da Educação. Respondeu que em primeiro lugar se focava a formação do professor, na época havia a figura do professor “mediador”, o qual multiplicava a formação com seus pares e